

‘RELATOS DE SI’: EU, A GEOGRAFIA E O INDIZÍVEL NO CAMPO CIENTÍFICO¹

Joseli Maria Silva

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, Paraná

joseli.genero@gmail.com

Resumo

Meu objetivo é construir uma narrativa sobre minha trajetória acadêmica e o encontro com o grupo de pessoas que pensam as micro e múltiplas territorialidades. Faço isso inspirada na ideia de ‘relatos de si’ de Butler (2015) que considera a narrativa um processo de subjetivação e de reinterpretação da realidade e em Freire (1967) e hooks (1994 e 2013 [1994]) que argumentam sobre a capacidade transformadora da realidade por meio da flexibilidade do cotidiano. Na primeira seção, evidencio os desafios de reunir e selecionar o material a fim de proceder a narrativa. Na segunda seção exploro minha subjetivação como mulher em uma sociedade machista e as escolhas de uma carreira científica feminista, considerando o processo de narrar como transformador pessoal e da realidade social.

Palavras-chave: Autobiografia; Geografia; Transformação social; Relatos de si.

‘GIVING AN ACCOUNT OF ONESELF’: I, GEOGRAPHY AND THE UNSPEAKABLE IN THE SCIENTIFIC FIELD

Abstract

My goal is to build up a narrative of my academic background and the meeting with a group of people who research micro and multiple territorialities. I do that inspired by Butler’s (2015) ‘giving an account of oneself’ which considers narrative a process of subjectivation and reinterpretation of reality, Freire (1967) and hooks (1994 and 2013 [1994]) who address the capability of transforming the reality through the reflexivity of daily life. In the first section, I highlight the challenges of gathering and selecting material to proceed the narrative. In the second section, I explore my subjectivity as a woman in a sexist society and the choices of a feminist scientific career, considering the narrative process as a personal and social reality transformer.

Keywords: Autobiography; Geography; Social transformation; Accounts of oneself.

‘DAR CUENTA DE SÍ MISMO’: YO, LA GEOGRAFÍA Y LO INDECIBLE EN EL CAMPO CIENTÍFICO

Resumen

Mi objetivo es construir una narrativa sobre mi trayectoria académica y el encuentro con el grupo de personas que piensan las micro y múltiples territorialidades. Realizo esto inspirado en la idea de ‘dar cuenta de sí mismo’ de Butler (2015) que considera la narrativa como un proceso de subjetivación y reinterpretación de la realidad, en Freire (1967), y en hooks (1994 y 2013 [1994]) que discuten sobre la capacidad transformadora de la realidad a través de la reflexividad de la vida cotidiana. En la primera sección, destaco los desafíos de reunir y seleccionar material para proceder con la narrativa. En la segunda sección, exploro mi subjetividad como mujer en una sociedad machista y las opciones de una carrera científica feminista, considerando el proceso de narrar como un transformador de realidad personal y social.

Palabras-clave: Autobiografía; Geografía; Transformación social; Dar cuenta de sí mismo.

¹ Agradecimento especial pela leitura crítico amorosa realizada por Jan Siman Hutta.

Introdução

A interpelação para pensar sobre as razões que haviam levado a um grupo de pessoas se reunirem para discutir as micro e múltiplas territorialidades foi realizada pela coordenação do evento que aconteceu na Universidade Estadual Paulista em Presidente Prudente em novembro de 2018. Nessa época, o grupo estava vivenciando o amargo impacto da vitória da extrema direita nas eleições presidenciais, elegendo Jair Bolsonaro como presidente do Brasil, representante de grupos religiosos fundamentalistas, neoliberais, nacionalistas e conservadores.

Durante a campanha presidencial, por meio do *whatsapp*, nosso grupo compartilhava temores pelas ameaças feitas pelo então candidato contra negros, indígenas, mulheres, ambientalistas, LGBTs+, movimentos sociais ou qualquer grupo que fosse identificado como ‘esquerdista’ pelas forças políticas conservadoras. Afinal de contas, nós trabalhamos com os grupos, alvos de ataque do candidato que acabaria se elegendo presidente do Brasil. Embora essa investida também nos atingisse, sabíamos que nossa posição de privilégio como pesquisadorxs brancos nos protegeria dos excessos do uso do poder e nosso pesar era saber da força bruta que seria instalada em janeiro de 2019 contra nossos colaboradores. Assim, o compartilhamento do assombro pelo que viria a ser implementado para cumprir as promessas de campanha gerou um luto coletivo durante o evento. Particularmente, sentia a perda de algo que sempre me impulsionou nas pesquisas sobre gênero e sexualidades, a esperança de que o saber científico tinha poder para mudar a forma com que as pessoas pensam sobre a realidade e que o conhecimento era capaz de derrubar preconceitos para criar um mundo mais solidário. O sentido do ‘eros’² de fazer geografia, que sempre moveu minhas ações, estava profundamente abalado e penso que esse sentimento era compartilhado pelos demais.

Foi nesse contexto que o presente texto nasceu. Ao aceitar o desafio de refletir sobre como eu havia criado uma identificação com o grupo de pessoas que pesquisa as micro e múltiplas territorialidades, iniciei o processo analisando meu próprio currículo, a fim de encontrar as pistas dessa identificação e me deparei com uma ideia de que o ‘eu’, pesquisadora, era indissociável das relações de afeto que construí ao longo de um ‘viver tempo-espaco feminino’. Minha existência acadêmica se entrelaça com a menina, jovem, mulher que ‘se faz’ na ação, na experiência das relações e encontros com outros, como

² O sentido do ‘eros’ aqui empregado é da força de uma energia vital que está sempre incompleta, insatisfeita, inquieta e busca a plenitude, mas é incapaz de encontrá-la e por isso incansável, conforme Brandão (1993).

propõe Foucault (1987 [1969], 1992). Dessa maneira, este texto é uma espécie de testemunho, uma escrita um tanto autobiográfica, no sentido foucaultiano, mas também de minha subjetivação como geógrafa feminista, como propõe McLaren (2002), constituindo-se um ‘relato de si’ como sustenta Butler (2015).

Esta ‘escrita de si’ se divide em duas partes. Na primeira evidencio uma arqueologia de minha produção científica e afetiva com pessoas do Grupo de Estudos Territoriais e como passei a construir uma narrativa geográfica que impôs rupturas conceituais em minha trajetória acadêmica e pessoal. Na segunda parte, esta escrita de si traz a vivência da dor como forma de romper o isolamento feminino e a construção de um olhar geográfico humanizado, capaz de redesenhar minha história pessoal, mas também como forma de transpor o silêncio e fazer desta narrativa uma prática de resistência feminista na geografia.

Releituras do Passado e a Busca de Reinvenção de Si

Passados mais de vinte anos que as relações de espaço, gênero e sexualidades fazem parte de minha rotina acadêmica e de dezessete anos de formação do Grupo de Estudos Territoriais (GETE), é a primeira vez que fui demandada a pensar sobre como minha trajetória se constituiu e como o encontro com pesquisadores do grupo de micro e múltiplas territorialidades³ entrelaçou minha caminhada intelectual. Para direcionar essa reflexão, busquei no meu currículo a produção acadêmica e as parcerias com outros(as) pesquisadores(as) no desenvolvimento de projetos de pesquisa.

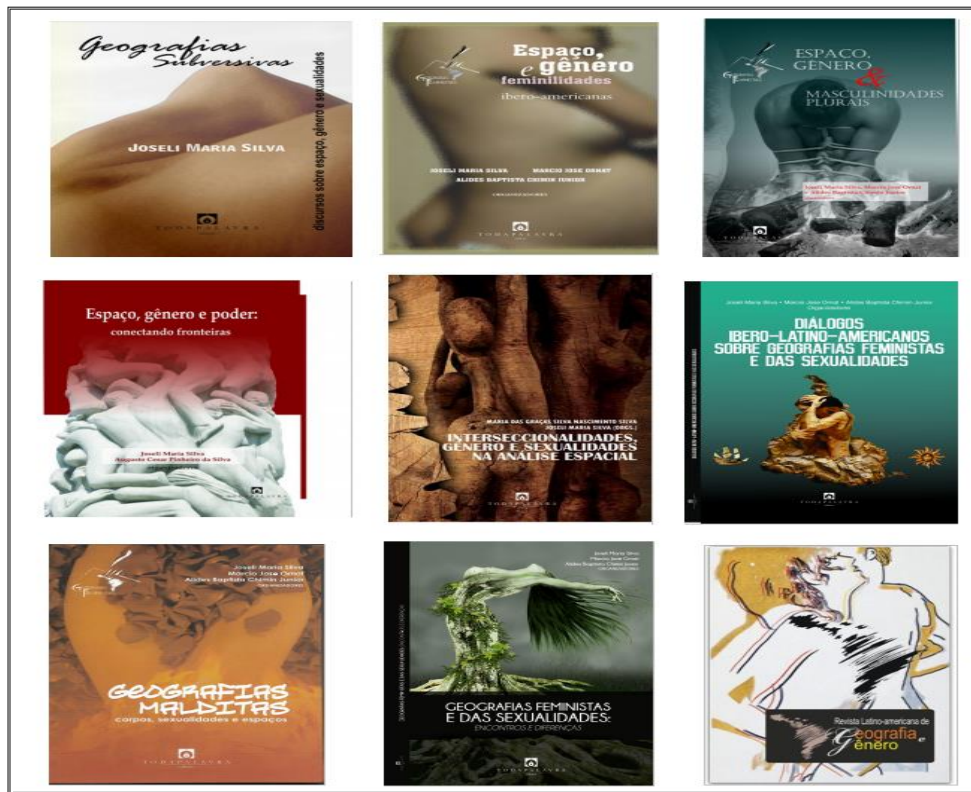
Organizei os dados de duas formas. Uma delas resultou na figura 1 em que aparecem nomes de pessoas com as quais realizei atividades de pesquisa ao longo desses anos, bem como os temas que abordamos. A segunda, resultou na figura 2, que exhibe as produções que eu considerei mais relevantes na minha trajetória intelectual.

³ Embora o grupo tenha crescido, me refiro especialmente ao grupo formado inicialmente por: Antônio Bernardes, Álvaro Heidrich, Benhur Pinós da Costa, Cláudia Zeferino Pires, Nécio Turra Neto e Rosemeri Santos Maia.

Figura 1- Linha de Pesquisa, Temas e Pessoas

Linha de Pesquisa: Ausências e Silêncios do Discurso Geográfico Brasileiro		
Pessoas / grupos	Temática	Pesquisadores
	Participação Política	Alides Baptista Chimin Junior, Ivan Jairo Junckes, Edson Armando Silva, Almir Nabozny
	Pobreza e espaço urbano	Márcio José Omat, Rodrigo Rossi, Marlene Prochner, Regina Weiss, Juliana Pacheco, Juliana Przybysz
	Maternidade e reprodução	Juliana Przybysz, Lívia Bemascioni
	Prostituição	Juliana Przybysz, Luciane R. M. Martins
	Lésbicas	Maria Rodó de Zárate, Maria Helena Lenzi
Feminidades	Adolescentes em Conflito com a Lei	Giovana Budny, Mayá Polo de Campos, Jéssica Emanueli Moreschi Bedin
	Violência / Sexual/ Femicídio	Mansol Maciel, Almir Nabozny, Maria Inês Bonko, Mayá Polo de Campos, Lucélia Rodrigues
	Encarceramento	Karina Eugénia Fioravante
	Produção Científica Geográfica	Tamires Regina Aguiar de Oliveira Cesar, Vagner André Moraes Pinto, Edson Armando Silva
	Representação do feminino / sexualidade / religião	Luciane R. M. Martins, Fábila Alessandra Santos de Oliveira, Adriana Gelinski (Dr. Marcio)
	Educação	Jóão Paulo Leandro de Almeida (Dr. Marcio)
Masculinidades	Adolescentes em Conflito com a Lei	Rodrigo Rossi, Inacio Julio Bueno, Alides Baptista Chimin Junior, Luiz Carlos de Lima Junior
	Homens Encarcerados / Egressos	Rodrigo Rossi, Dimas Diego Gontarek
	Usuários de Drogas	Heder Leandro Rocha, Rafael de Melo Esquitini
	Morte (vítima e autoria)	Fernando Bertani Gomes
	Violência doméstica	Dimas Gontarek
	Pobreza e espaço urbano	André de Souza Fedel, Raony Tullio Carneiro (Dr. Marcio)
	Gays e espaço	William Hanke (Dr. Marcio)
	Homens Transsexuais	Erick de Mello
Travestidades/Transsexualidades Femininas	Prostituição	Marcio Jose Omat
	Violência / Interdição	Vinicius Cabral
	Morte	Vinicius Cabral
	Envelhecimento	Maria Rodó de Zárate, Debora Lee, Marcio Jose Omat, Fernanda Riquelme
	Educação	Adelaine Ellis Carbonar dos Santos (Dr. Marcio)
	Saúde	Marcia Tobias (Dr. Marcio)

Figura 2- Capas das produções científicas consideradas relevantes



Ao preparar o material exposto nas figuras 1 e 2, percebi como a documentação oficial, descrita no currículo Lattes e nos artigos e livros editados diziam pouco sobre aquilo que eu gostaria de discorrer. Sem dúvida, este material reflete uma trajetória ‘oficial’

de uma carreira científica, capaz de evidenciar temas, conceitos, metodologias eleitas, bem como as relações acadêmicas burocráticas formadas ao longo dos anos.

Contudo, há outras histórias de encontros, afetos, alegrias, conflitos, dificuldades e enfrentamentos que dificilmente são relatadas em eventos científicos, justamente por não serem compreendidos como elementos de produção acadêmica. Para mim, estas histórias são as mais importantes e devem ser contadas, porque só assim elas podem ganhar dimensão social, peso político, potencial pedagógico e mobilizar forças para criar resistências para ampliar o campo científico da geografia.

Faço isso trazendo reflexões de minha vivência como geógrafa feminista que se fez na experiência de múltiplas relações. Foucault (1987 [1969], 1992) sugere que a escrita de si é um exercício de autotransformação na relação crítica das normas que envolvem a produção de identidades e sendo assim, a autobiografia nunca é de um sujeito isolado, mas relacional. Relatar a si mesmo é simultaneamente um exercício individual e social. Segundo Butler (2015, p. 33),

os termos usados para darmos um relato de nós mesmos, para nos fazer inteligíveis para nós e para os outros, não são criados por nós: eles têm caráter social e estabelecem normas sociais, um domínio de falta de liberdade e de substituíbilidade em que nossas histórias singulares são contadas.

Entretanto, nada está destinado. McLaren (2002, p. 152) afirma que

as autobiografias como projetos de auto-constituição estão perigosamente colocadas entre ser um exercício de sujeição e um exercício de subjetivação. Não há garantias de que uma autobiografia seja um exercício de liberdade. No entanto, a autobiografia contribui claramente para a individualização e a auto-constituição do sujeito.⁴

Assim, pensar em minha constituição como processo de relações implica trazer a centralidade das relações que tenho desenvolvido com Marcio Jose Ornat e Alides Baptista Chimin Junior, bem como nossas parcerias na produção de vários livros⁵ e a Revista Latino-americana de Geografia e Gênero.

⁴ Autobiographies as projects of self-constitution are perilously poised between being an exercise of subjection and an exercise of subjectification. There are no guarantees that an autobiography will be an exercise of freedom. Nonetheless, autobiography clearly contributes to the individualization and the self-constitution of the subject. (McLAREN, 2002, p. 152)

⁵ Duas obras desse conjunto não foram organizadas com Marcio Jose Ornat e Alides Baptista Chimin Junior. Espaço, gênero e poder: Conectando fronteiras foi organizado com Augusto César Pinheiro da Silva e Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial com Maria das

Todas essas iniciativas acadêmicas não foram por acaso, surgiram de coleções de pareceres negativos de nossos artigos, sistematicamente rejeitados nas revistas científicas da geografia brasileira. Ora porque os temas e sujeitos não eram considerados próprios do campo da geografia, ora porque a linguagem utilizada era afrontosa para os padrões exigidos no mundo acadêmico. Afinal, escolhemos um universo de pesquisa que girava em torno dos 'infames' para utilizar a definição de Foucault (2003) falamos sobre as vidas consideradas 'errantes'. Mesmo assim, não nos resignamos as negativas e não nos conformamos as fronteiras estabelecidas pelas tradições impostas pelo campo científico que sentenciava não haver possibilidade de pensar gênero e sexualidades na análise geográfica.

Embora ainda permaneçam resistências, não há como negar o caráter geográfico dessas abordagens atualmente, notadamente com a expansão do acesso à internet no Brasil. Mascaram preconceitos com a justificativa de que gênero e sexualidades não são passíveis de serem abordados pela geografia é até um risco de quem levanta este tipo de crítica, ser interpretado como ignorante dos avanços que a geografia já realizou em diferentes partes do mundo. Basta acessar algumas páginas *web* como da *International Geographic Union* (IGU) para encontrar uma seção sobre gênero e geografia, que inclui também as sexualidades. O *site* da *Royal Geographic Society* (RGB) e do *Institute of British Geographers* (IBG) possui dois grupos de pesquisa, um chamado *Space, Sexualities and Queer Research Group* e outro *Women and Geography Research Group*. A *American Association of Geographers* (AAG) possui grupos de investigação específicos de *Feminist Geographies* e outra *Queer and Trans Geographies Specialty Group*. Como a desinformação é insustentável nos dias de hoje, notadamente no mundo intelectual, a persistência da depreciação dessa produção científica só se justifica pelos traços machistas e homofóbicos da sociedade brasileira que, infelizmente, estão nas entranhas das práticas acadêmicas.

Enfim, buscar documentos guardados em pastas no computador, encontrar fragmentos, rascunhos e olhar o passado para construir esta narrativa me trouxe uma série de significações que já não eram as mesmas que deram origem aos objetos que eu manuseava. Entendi que quando se rememora uma trajetória científica, criando uma narrativa, ela funciona como um dispositivo de produção de subjetividades que ressignifica o presente e abre perspectivas imprevisíveis de futuro, tal como sustenta Butler (2015,

Graças Silva Nascimento Silva. Ambas são resultantes de edições do evento bianual Seminário Latino-Americano de Geografia Gênero e Sexualidades.

2018). Pensar na criação de conhecimento não é algo frio, neutro e objetivo como me ensinaram. É um processo relacional que envolve os outros, mas também eu mesma, minha história e meu corpo.

Olhando esse material organizado (figuras 1 e 2), posso reconhecer as ausências e silêncios de grupos invisibilizados pela geografia que eu insisti em tornar visíveis, as pessoas que me deram a mão nessa caminhada, bem como a centralidade do corpo como um elemento permanente de minhas preocupações de pesquisa. Minha trajetória só se explica pela construção coletiva do Grupo de Estudos Territoriais (GETE), pela profunda amizade com Marcio Jose Ornat e Alides Baptista Chimin Junior, mas também de uma vida que se fez num corpo feminino, numa família de baixa renda, em tempos em que a sociedade brasileira ainda lutava pelo mínimo de democracia.

A célebre frase que inspirou os movimentos feministas dos anos 60 e 70 ‘o pessoal é político’, na minha opinião, deve ser complementada. Para mim, o pessoal é político e também científico! É preciso que a ciência que somos capazes de produzir possa ser reinterpretada pelas experiências corporificadas em um contexto compartilhado, produzindo uma ideia de produção científica que é simultaneamente individual e social. Que traga os limites e potencialidades de quem pratica a pesquisa, humanizando o caráter inventivo e evidenciando a violência que todo poder é capaz de criar e reproduzir.

Contudo, devo confessar, ainda que inspirada pelo movimento feminista e advogando a não separação entre o privado e o público, narrar o entrelaçamento do pessoal, político e científico é um grande temor que gostaria sinceramente de superar. Temo o julgamento de me tornar fragilizada diante de uma audiência científica, falando de coisas consideradas ‘não científicas’. Se me sinto vulnerável, constato que em mim também vivem os ‘modos de ser’ da academia e que eu mesma os performo para conquistar e manter meu poder acadêmico. O mesmo poder que me assujeita.

Meu temor de parecer não científica diante de uma audiência científica é porque em mim mesma está sedimentada a ideia de que minha corporeidade e minhas emoções que inundaram a tarefa de fazer uma fala sobre a relação entre a produção do GETE e esta rede de pesquisadores deveriam ser silenciadas para que eu conquistasse autoridade científica. Mas resolvi quebrar os silêncios deste espaço acadêmico e falar de corpos e emoções no fazer científico. Essa talvez seja a maior expressão da razão pela qual estou aqui junto com vocês, meus amigos da rede ‘micro e múltiplas territorialidades’. Porque esta rede de pessoas desafia formas de pensar e viver o fazer científico. Permite-me a fala franca, no

sentido da ideia de parresía de Foucault (2011 [1984]). Falar a verdade⁶, ou parresía, é uma prática política e também prática de si, é algo que se realiza com outros em certas condições de liberdade. Afinal, se a parresía existe nas relações de poder, para dizer certas coisas, é necessário que eu seja reconhecida para poder falar minhas verdades. Nesse sentido, tendo vocês diante de mim, penso que é aqui o espaço de possibilidades que se abre no exercício da construção dessa narrativa. Pois, se toda narrativa é também um dispositivo de subjetivação e mudança social, ao me fazer uma cientista que fala do indizível no campo científico, transformo a mim mesma e transformo a própria geografia.

Desconstruir a autoridade científica baseada nos dualismos do pensamento filosófico ocidental que opõe razão/emoção, mente/corpo, masculino/feminino é necessário e implica flexibilidade constante de si na prática cotidiana do fazer científico, o que não é tarefa simples, dada a constituição de nós mesmos nessa dualidade. A urgência em desconstruir essa forma de pensamento se dá pelo fato de que ela implica a criação da ideia negativa daquilo que é considerado ‘outro’. Gillian Rose (1993) alerta que a dualidade não se configura como dois termos opostos, independentes entre si e que possuem existência própria e autônoma. O problema da dualidade é que ela organiza um campo de conhecimento dividido entre dois termos relacionados entre si, em que um deles é o referente, considerado positivamente e o outro é o inverso desse referente, considerado negativamente, sendo portanto, sem autonomia e contornos próprios. Dito isto, o negro é definido como o negativo do branco, o feminino como o negativo do masculino, a emoção como negativo da razão, o corpo como negativo da mente e assim por diante.

Me constituir uma geógrafa feminista em um campo científico que se estruturou na perspectiva dualista significa lutar contra minha própria formação geográfica cotidianamente e me perceber fazendo parte daquilo que quero superar. A instituição das dualidades são profundamente generificadas e sexualizadas e se a cultura, a mente, a razão, a produção social, o Estado e a sociedade têm um caráter dinâmico e associados ao masculino, o corpo e suas paixões, a reprodução, a família e o indivíduo, frequentemente concebidos como naturais, não temporais e invariáveis, são associados ao feminino. Portanto, não é difícil perceber as origens da invisibilidade de certas abordagens na

⁶ O sentido da verdade é quando o pensamento, a opinião é assumido como a verdade do sujeito. “A parresía é, portanto, em duas palavras a coragem da verdade naquele que fala e assume o risco de dizer, a despeito de tudo, toda a verdade que pensa, mas é também a coragem do interlocutor que aceita receber como verdadeira a verdade ferina que ouve” (FOUCAULT, 2011 [1984], p. 13)

geografia brasileira, pois a reprodução social, o espaço privado, a cultura e a diversidade das pessoas corporificadas são vistas como perspectivas de menor valor científico, já que associados ao feminino. Conceber este raciocínio de desconstrução de minhas mais enraizadas verdades foi um processo conflituoso tanto internamente como com as pessoas com as quais me relacionava no mundo acadêmico.

Minha identidade feminista é um processo de reinvenção constante de mim mesma e isso não ocorreu sem dor. A consciência de minha corporalidade como produtora de sentidos e da possibilidade de compreensão da realidade espacial, implicou provocar instabilidades e falar sobre os tabus do mundo acadêmico. Um deles é o corpo, concebido como o lado inferior da razão, como objeto, como não consciência e passivo. Mas não é sobre qualquer corpo que estou falando, mas dos corpos marcados como não detentores do direito de produzir ciência ou ainda, sequer considerados como seres que vivem espacialmente.

Obviamente todas as pessoas têm um corpo, mas o que quero evidenciar aqui é que os homens brancos, na cultura ocidental, podem transcender a matéria de seus corpos, considerados uma espécie de recipiente para a consciência pura. Eles estão livres das limitações de um corpo colocado em um tempo e lugar específicos. Isso não ocorre com mulheres, pessoas não brancas, homossexuais, trans e pessoas com deficiência.

Nossa cultura de produção de saber científico acredita que o conhecimento é produzido pela razão, por mentes separadas dos corpos, das emoções, dos valores e das experiências. Produzir teorias desencarnadas e não localizadas no tempo e no espaço afirma a racionalidade masculina branca como universal, retirando de outros sujeitos de saberes a autoridade científica. Quando aceitamos estas regras do jogo científico e afirmamos a posição de poder atribuído ao sujeito de referência (constituído como masculino, burguês, branco e heterossexual), criamos uma ciência incapaz de acolher as diferenças, porque tudo que não é concebido a partir da autopercepção do sujeito de referência, é considerado desviante, anormal e sentenciado à eliminação.

Sentir o peso da sentença provoca raiva. Mas a constatação dessa raiva, significa que eu também nutro a necessidade de reconhecimento e aceitação pelos meus pares científicos, porque minha identidade como geógrafa é dependente desse acolhimento. Paradoxalmente, amor e ódio pela geografia impulsionam meu fazer geográfico e a constante busca de reinvenção de mim mesma como geógrafa feminista em processo contínuo de negociação com o campo científico.

‘Práticas de Si’: da Autotransformação à Transformação Social

As práticas de si são entendidas como técnicas específicas empregadas para o aprimoramento do eu em relação a um objetivo, tal como proposto por Foucault (1992). Como minha meta é a desconstrução da produção de um saber geográfico desencarnado, penso que relatar a mim mesma cria um espaço potencial de autotransformação e simultaneamente de mudança do espaço acadêmico. Como argumentei na seção anterior, apenas os homens brancos ocupam conceitualmente o lugar da mente e que lhes é permitido transcender sua matéria corpórea. Enquanto homens podem dizer que ‘possuem’ um corpo e transcendem a ele, nós mulheres ‘somos’ nossos corpos e a transcendência para nós é impossível. Essa constatação é simples e naturalizada socialmente, é irrefletida pela maioria de nós e principalmente por aqueles que ocupam a posição de privilégio e dominam os sistemas de pensamento ocidentais.

Construir esta narrativa acadêmica implica reconhecer que a faço de determinada posição, a de assujeitamento às regras e normas de gênero. Relatar a si, buscando o compromisso com a verdade, como propõe Foucault (1992, 2004, 2011 [1984]), é um trabalho ético e político e é simultaneamente um movimento de autoconstituição da subjetividade. A meu ver o trabalho de enunciação da existência é uma afirmação de mim mesma, mas simultaneamente uma fala política que redefine um campo de ação e de potência de transformação.

A fabricação do assujeitamento feminino tem no corpo das mulheres seu alvo central. Seus corpos não são lidos como de sujeitos, mas como objetos e a naturalização da objetificação é a face mais perversa dos mecanismos de poder da ordem masculina em todas as espacialidades, inclusive na acadêmica. Nosso cotidiano é marcado pela precariedade de mecanismos para tratar nossas dores e inseguranças, tornando nossas experiências corporificadas como algo banal e trivial por nós mesmas. Aprendemos desde muito cedo que não podemos explorar os espaços e rapidamente mapeamos áreas proibidas, impróprias e a serem evitadas. Somos treinadas desde crianças a desviar dos olhares masculinos que nos constrangem, sem confrontá-los. Assimilamos muito cedo que nossos corpos não são nossos, são apropriados simbólica e fisicamente pelo poder masculino. Exercitamos corporalmente a ‘virtuosidade’ para salvaguardar a honra

masculina da família patriarcal. Sermos sujeitas de nossos prazeres corporais implica sofrer toda sorte de sanções sociais. Enfim, nossos corpos são espaços que não são nossos.

Logicamente muitas realidades são vividas simultaneamente no tempo e no espaço que não podem ser contadas em uma pequena narrativa como esta. Mas quero destacar algumas delas cuja autorreflexão proporcionou uma subjetivação que marca minha constituição como geógrafa feminista.

Aos cinco anos, nem eu mesma me dava conta de ter um corpo. Mas alguém em quem minha família depositava total confiança já ousava a objetificá-lo. Mesmo sendo tão pequena, lembro das ‘recompensas’ que me eram oferecidas pelo meu corpo. Aos treze, como uma menina órfã de pai e de família pobre, meu corpo já era interpretado como tendo potencial para conquistar um ‘bom homem’ que me alimentasse e protegesse. Aos dezessete, esse ‘bom homem’ já fazia parte de minha vida afetiva, mesmo que negasse minha autonomia, pois eu era ‘agradecida’ por alguém se responsabilizar pela minha existência. Aos vinte anos me dei conta de ser mãe de dois filhos, sem nunca ter tido o domínio sobre minha sexualidade. Contraditoriamente, a vivência da maternagem não desejada por mim trouxe o sentido mais precioso de minha vida. Aos vinte e dois anos, cansada de ter meu corpo violado e ferido pelo ‘bom homem’, rompi com o silêncio da mulher considerada ‘bem-casada’.

Foi o estudo da geografia que me ajudou no processo de libertação, mesmo que fazer um curso superior tivesse sido apenas um *hobby* que me foi permitido ter. Nunca havia imaginado antes ser uma profissional. Passei pela graduação sem modelos femininos para me projetar. Ser uma geógrafa para mim, era apenas uma forma de pagar as despesas de uma família que eu sustentava sozinha, mesmo que muito jovem. Investi na pós-graduação pensando que seria uma forma de aumentar meus rendimentos e quem sabe, ter uma casa própria. Aos vinte e seis anos, quando fui aceita em um programa de pós-graduação, orientada por um grande nome da geografia brasileira, não fui parabenizada. Ouí que, com o meu corpo, não era surpresa ter tal conquista. Pior que lembrar destes fatos em si, é constatar que, para mim, isso era considerado algo trivial de uma existência feminina.

O estímulo para criação intelectual, a leitura e a escrita não fizeram parte de meu processo de socialização, o mesmo deve ter se passado com várias meninas pobres que, como eu, cresceram em espaços em que direitos das mulheres, bem como a violência não eram pautas de discussão social. A urgência econômica me impulsionou a enfrentamentos

não conscientes de minha formação acadêmica e profissional. Exercitando a rígida disciplina do trabalho que sempre fez parte de minha vida, cumpri mestrado e doutorado de forma eficiente e obtive certo êxito, mas não senti paixão pelo que fiz. Pelo contrário, sempre duvidava se era merecedora dos títulos que obtive, embora não comentasse sobre isso com ninguém a fim de preservar o emprego.

No percurso de me tornar uma geógrafa, minha capacidade intelectual era desacreditada por mim mesma, enquanto a forma como meu corpo era interpretado, me fazia ter a ideia de viver ‘fora de ordem’ ou sempre ‘fora de lugar’. Uma mulher jovem descasada e mãe de duas crianças, eu era interpretada como um perigo para outras mulheres. Foram poucas as amizades femininas que conquistei ao longo da vida. Foi das mulheres os olhares mais duros de reprovação à minha forma de pensar e de ser. Enfim, não fui acolhida pelo mundo feminino que eu conhecia. Eu havia rompido o pacto do silêncio que imperava entre as ‘mulheres de bem’ e fui interpretada como companhia inapropriada. Entretanto, lembro que os ‘homens de bem’ estavam sempre dispostos a me acolher, em segredo e em troca de favores sempre corporais.

Apesar de me sentir fora de ordem e construir meus laços afetivos de amizade com pessoas que eram também assim interpretadas, minha vida profissional era de extrema disciplina e esforço e isso sempre esteve sustentado pela necessidade de exercer uma maternidade solitária. Ser eficiente, nunca foi exatamente para me afirmar como uma profissional de sucesso, mas para manter o posto de trabalho que me permitia ter segurança para sustentar meus filhos. Ser mãe e ser boa profissional foram duas facetas interdependentes na minha trajetória.

O sentido de estar fora da ordem, por outro lado, me aproximou de outras pessoas assim interpretadas, o que marcou posteriormente grande parte de minha trajetória profissional. Fiz parte de uma geração de mulheres que viveu a luta pelas ‘Diretas já’, a instalação da Assembleia Nacional Constituinte e a aprovação da primeira Constituição Cidadã do Brasil. Nos anos noventa novas possibilidades de existência se colocaram com a efervescência dos movimentos sociais fortemente constituídos na década anterior pela restauração da democracia no país. As lutas sociais obtiveram conquistas importantes com a aprovação da Constituição de 1988. Destaco três das quais tiveram impacto imediato na minha vida pessoal e profissional. A equiparação dos direitos civis entre homens e mulheres, o estabelecimento da necessidade da função social da terra urbana e da reforma agrária.

O trabalho intenso no início dos anos noventa com a elaboração de planos diretores com participação popular me colocou o desafio de dialogar as necessidades das periferias urbanas e de entender a terra como necessária à vida, acima do direito particular de propriedade. As reuniões eram majoritariamente femininas e percebi que as mulheres tinham especial capacidade para detectar as demandas de suas áreas de moradia, por vivenciar os bairros com intensidade no seu cotidiano da reprodução familiar.

Mesmo com esta percepção no trabalho prático cotidiano, a geografia que eu havia aprendido não me capacitava nem mesmo a estabelecer questionamentos sobre as relações entre mulheres e espaço. A geografia que moldou meus modos de pensar era desencarnada. Certamente conseguia mapear com eficiência os grandes agentes produtores do espaço urbano, mas não conseguia construir a visibilidade daquelas mulheres que participavam na construção de um plano de cidade. O poder dos conceitos acadêmicos é tão entranhado que, mesmo diante de uma realidade tão palpável, não me atrevia a falar sobre a geografia das mulheres, gênero e muito menos feminista. Uma tarde, em conversa informal com meu grande mestre Roberto Lobato Corrêa, contava minhas experiências como geógrafa na elaboração de planos diretores participativos e argumentei haver diferenças de como homens e mulheres vivenciam a cidade.

A informalidade de nossa conversa me permitiu construir meus argumentos sem as amarras das posições de poder que configuravam de forma clara as hierarquias acadêmicas e de gênero. Depois de um tempo de conversa, ele me disse que era um caminho interessante de investigação. Na expectativa de que me apontasse o caminho a seguir, perguntei a ele por onde deveria começar. Ele sorriu e me disse algo que me acompanha até os dias de hoje: a ciência se faz do que não está pronto, vá e faça!

Iniciei minhas primeiras pesquisas sobre gênero nos anos dois mil e abri mão de uma trajetória pessoal e profissional que poderiam ter sido menos ousadas. Obviamente paguei o preço de viver conflitos pessoais, familiares, morais e políticos para construir uma identidade como geógrafa feminista que impactou nas formas como eu via minha própria vida e a ciência.

Meu encontro de amor com a geografia foi quando, por meio das geografias feministas, localizei a mim mesma como uma ausência, um silêncio e uma negação na ciência que eu mesma praticava. Mas apenas olhar para a interiorização do poder de um discurso geográfico que negava minha espacialidade não foi o suficiente para amá-la. Foi quando criamos uma comunidade de pensadores em torno dessas ausências e dividimos

nossas angústias em várias escalas que passei a entender que a prática de saberes geográficos, os negados pela hegemonia científica, poderia me libertar de dores que há muito tempo faziam parte de minha existência.

Esse lugar afetivo foi constituído de relações de múltiplas escalas espaciais. A produção científica do GETE se potencializou com as redes internacionais de solidariedade científica. O isolamento das redes científicas no Brasil foi um dos elementos que gerou nossa busca por relações de trocas científicas com a comunidade de pesquisadorxs feministas, queer e decoloniais em outros países. O acolhimento gerou potência para o enfrentamento das barreiras locais e apesar das assimetrias de poder que se estabelecem nas relações entre pesquisadorxs do norte e sul global, tive a felicidade de estabelecer trocas de imenso valor intelectual e afetivo. O carinho com o qual fui amparada por geógrafas feministas já estabelecidas academicamente como Janice Monk, Maria Dolors García Ramon, Tovi Fenster, Robyn Longhurst, Doreen Massey, Kath Browne e Lynda Johnston evidencia que práticas feministas acadêmicas são possíveis, mesmo no competitivo mundo intelectual global.

As lições de Paulo Freire (1967) e bell hooks (2013 [1994]) foram fundamentais para as escolhas que realizei como geógrafa feminista para produzir os saberes que libertam. A prática de produção de saberes geográficos ao longo desses vinte anos, trabalhando com gênero e sexualidades, ajudou a mim e vários companheirxs de pesquisa a reinterpretar experiências de exploração e violência, fazendo dessa prática potência de compartilhamento de transformação social. Guiada por Freire (1967) entendi como a produção do saber é um ato amoroso, de cura e portanto, de liberdade. O amor para ele e hooks (1994) é concebido como uma intenção e ação que não é individual, mas um processo coletivo de consciência crítica de como funcionam os sistemas de dominação que nos atribuem lugares de opressão. Ela nos diz que

Se nós descobrirmos em nós mesmos o ódio, a baixa autoestima ou a internalização do pensamento supremacista branco e enfrentamos isso, podemos começar a nos curar. Reconhecer a verdade da nossa realidade, tanto individual quanto coletiva, é uma etapa necessária para o crescimento pessoal e político. Este é geralmente o estágio mais doloroso do processo do aprendizado de amar - o que muitos de nós procuram evitar. Mais uma vez, uma vez que escolhermos o amor, possuímos instintivamente os recursos internos para enfrentar essa dor. Passando pela dor para o outro lado, encontramos a alegria, a liberdade de espírito que uma ética do amor traz.⁷ (hooks, 1994, p. 295-6)

⁷ “If we discover in ourselves self-hatred, low self-esteem, or internalized white supremacist thinking and we face it, we can begin to heal. Acknowledging the truth of our reality, both

Então, creio que o compartilhamento das ideias acima é a resposta ao questionamento elaborado pela coordenação do evento, sobre a aproximação da produção científica do GETE com o grupo de micro e múltiplas territorialidades. Nós entendemos como Paulo Freire (1967), que como seres humanos no mundo, estamos em relação constante em processos de devir. Somos seres inacabados e vivenciamos uma realidade também incompleta e imprevisível e sendo assim, somos nós mesmos aqueles capazes de transformá-la.

O amor que Paulo Freire (1967) nos incita a viver é o amor como um ato de coragem na construção de saberes que libertam individual e coletivamente. Da mesma forma, bell hooks (1994) chama a atenção do amor a ser vivido pelas mulheres negras, que vivenciam múltiplas formas de opressão. Ela convida as mulheres negras a desenvolver sua capacidade de amar afirmando a si mesmas, sendo ‘interiormente amorosas’ consigo mesmas e essa noção tem um sentido tanto individual como coletivo. Diz ela:

Quando nós, como mulheres negras, experimentamos plenamente o poder transformador do amor em nossas vidas, testemunharemos publicamente de uma maneira que desafiará fundamentalmente as estruturas sociais existentes. Seremos mais plenamente capacitados para lidar com o genocídio que diariamente tira a vida de negros - homens, mulheres e crianças. Quando sabemos o que é o amor, quando amamos, somos capazes de buscar nossas memórias e ver o passado com novos olhos; somos capazes de transformar o presente e sonhar o futuro. Tal é o poder do amor. O amor cura. (bell hooks, 2015, p. 159)⁸

Este trecho me emociona profundamente, porque apesar de não ser uma mulher negra, consigo me apropriar desse significado do amor como coragem de ação que o encontro com as geografias feministas proporcionou em minha vida, resignificando meu passado e as violências sofridas. Conhecendo as estruturas de dominação às quais estive

individual and collective, is a necessary stage for personal and political growth. This is usually the most painful stage in the process of learning to love—the one many of us seek to avoid. Again, once we choose love, we instinctively possess the inner resources to confront that pain. Moving through the pain to the other side we find the joy, the freedom of spirit that a love ethic brings.” (hooks, 1994, p. 295-6)

⁸ “When we as black women experience fully the transformative power of love in our lives, we will bear witness publicly in a way that will fundamentally challenge existing social structures. We will be more fully empowered to address the genocide that daily takes the lives of black people—men, women, and children. When we know what love is, when we love, we are able to search our memories and see the past with new eyes; we are able to transform the present and dream the future. Such is love’s power. Love heals.” (hooks, 2015, p. 159)

submetida, que retiraram minha capacidade criativa e de reconhecimento de meu potencial intelectual, pude me perdoar e ser amorosa comigo mesma.

Esse relato de si que realizei nesse texto, inspirada na ideia de Butler (2015), é também uma ação amorosa, no sentido de Freire (1967) e hooks (2013 [1994]), tanto comigo mesma como com outras mulheres geógrafas. Nós precisamos criar saberes que dialogam com nossas dores, criar uma ciência apaixonada, empática e só assim, produziremos o saber que liberta. Esse desafio é imenso e penoso, pois

não é fácil dar nome à nossa dor, torná-la lugar de teorização. (..) até aqueles entre nós que são ‘conscientes’ são obrigados a sentir a dor engendrada por todas as formas de dominação (homofobia, exploração de classe, racismo, sexismo, imperialismo). (...) há certas coisas que sabemos na nossa vida e cujo conhecimento nós vivemos, além de qualquer teoria que já tenha sido teorizada. Fazer essa teoria é o nosso desafio. Em sua produção jaz a esperança de nossa libertação; em sua produção jaz a possibilidade de darmos nome a toda essa dor – de fazer toda a nossa dor ir embora. (bell hooks, 2013 [1994], p. 102-104)

Enfim meus amigxs, mesmo que o rigor acadêmico deste espaço julgue minhas palavras inadequadas para um evento científico, devo dizer que já não sinto mais o temor com o qual iniciei este relato. Penso que o amor como ato de coragem já faz parte da minha fala franca no sentido foucaultiano. É apenas com essa ideia da produção de um saber amoroso, que por mais feridos e intimidados que possamos nos sentir com a vitória da extrema direita conservadora representada por Jair Bolsonaro, poderemos organizar as forças necessárias para enfrentar toda violência que está por vir e atinge boa parte dos grupos com os quais militamos política e cientificamente. Apesar das intimidações esmagadoras que temos vivido, tanto nos movimentos sociais como na academia, temos que liberar toda nossa potência amorosa que nos impregna de bravura para fazer as geografias encarnadas em conjunto com aqueles que são considerados os condenados, os errantes e com aqueles cujas mortes têm sido comemoradas por grupos conservadores da sociedade brasileira, ainda profundamente colonizada.

Considerações Finais

Esta narrativa trouxe para reflexão a ideia de que a vivência dos espaços de produção científica não se configuram por uma linearidade de produção de resultados de pesquisa, mas que as trajetórias acadêmicas estão entrelaçadas com outros elementos como as emoções, as relações afetivas e os processos de subjetivação ao longo da vida. Os relatos

de si são técnicas de ressignificar existências individuais e coletivas e compartilhar futuros possíveis. Então, que sejamos capazes de produzir as geografias amorosas de que falam Paulo Freire (1967) e bell hooks (2013 [1994]) e fazer dela uma produção científica como prática de liberdade.

Referências Bibliográficas

BRANDÃO, J. de S. **Mitologia grega**. Petrópolis: Vozes, 1993.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder: teorias da sujeição**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987 [1969].

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: **O que é um autor**. Lisboa: Ed. Passagens, 1992, p. 129-160.

FOUCAULT, Michel. Verdade, poder e si mesmo. In: _____. **Ética, sexualidade, política: Ditos & escritos V**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 294-300.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: _____. **Estratégia, poder-saber**. Ditos e escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p.203-222.

FOUCAULT, Michel. **A coragem da verdade**. O governo de si e dos outros II. São Paulo: Martin Fontes, 2011 [1984].

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

hooks, bell. **Outlaw Culture**. Resisting representations. New York and London: Routledge, 1994.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**. Educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2013 [1994].

hooks, bell. **Sisters of the Yam**. Black Women and Self-Recovery. New York and London: Routledge, 2015.

McLAREN, M. **Feminism, Foucault and embodied subjectivity**. Nova York: State University of New York Press, 2002.

ROSE, Gillian. **Feminism and geography**. The Limits of Geographical Knowledge. Cambridge: Polity Press, 1993.